



**TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E COMUNICAÇÃO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19020002/25

1. DO OBJETO

1.1. LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E COMUNICAÇÃO, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
01	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A SEDE DA SECRETARIA. Especificação: locação de imóvel sediado na Rua Major Diogenes, nº 1.055, Centro – Jaguaribara/CE, CEP: 63.490-000, para instalação da sede da secretaria de cultura, turismo e comunicação, a fim de atender às necessidades administrativas e operacionais	MÊS	10	R\$ 900,81	R\$ 9.008,10

1.2 Trata-se de um imóvel urbano, com topografia regular, plana, encravada em um terreno que perfaz uma área de 540m²(Quinhentos e quarenta metros quadrado), com uma área construída de 165,45m²(Cento e sessenta e cinco metros quadrados e quarenta e cinco décimos quadrados).

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Subcontratação:

2.1.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

2.2. Garantia da contratação:

2.2.2. Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos do artigo 92, XII da Lei 14.133/2021.

2.3. A seleção do fornecedor, neste caso especificamente referindo-se ao locador, será conduzida em estrita observância ao disposto no Artigo 74, inciso V, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021. Esta abordagem assegura a transparência e a eficiência do processo de seleção, alinhando-se com os princípios de legalidade e isonomia que regem as contratações no âmbito da referida legislação. Para fins de habilitação, deverá o locador comprovar os seguintes requisitos:





HABILITAÇÃO JURÍDICA

2.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (**RG**) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

2.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**);

2.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**;

2.3.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Municipal** relativo ao domicílio ou sede do LOCADOR;

2.3.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal**.

2.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA/FINANCEIRA

2.3.7. Certidão negativa de **insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples.

IMÓVEL

2.3.8. **Titularidade do imóvel** ou documento pertinente.

DECLARAÇÃO

2.3.9. **Declaração** do LOCADOR informando que não possui nenhum vínculo empregatício com órgãos públicos, conforme modelo do Anexo II.

3. FORMA, CRITÉRIOS E AMPARO LEGAL DO OBJETO

3.1. A locação do imóvel se faz necessária, uma vez que a Secretaria demandante não dispõe de imóvel próprio que atenda às necessidades administrativas e operacionais descritas. O imóvel selecionado é o único capaz de atender adequadamente às exigências da Secretaria, em razão de suas características específicas.

3.2. Em conformidade com o inciso V do Art. 74º da Lei nº 14.133/2021, a licitação é inexigível quando, por características de instalações e localização, torna-se inviável a competição. Nesse





Estado do Ceará
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de Jaguaribara



contexto, a escolha do imóvel em questão é justificada, pois suas especificidades tornam necessária sua locação, conforme detalhado a seguir.

3.3. De acordo com o §5º do Art. 74º da referida Lei, nas contratações com fundamento no inciso V, devem ser observados os seguintes requisitos:

I – Avaliação prévia do imóvel, considerando seu estado de conservação, a necessidade de adaptações e o prazo de amortização de investimentos;

II – Comprovação da inexistência de imóveis públicos vagos que atendam à demanda;

III – Justificativa que demonstre a singularidade do imóvel e as vantagens para a Administração.

3.4. Cumprimento das Exigências Legais

3.4.1. O imóvel em questão passou por avaliação prévia, conforme o laudo anexo ao processo, que atestou seu bom estado de conservação e a inexistência de necessidade de adaptações, o que elimina a possibilidade de custos adicionais ou amortização de investimentos.

3.4.2. O Município não dispõe de nenhum imóvel público disponível que atenda às especificações necessárias para o pleno funcionamento da Secretaria.

3.4.3. A singularidade do imóvel foi devidamente demonstrada pelos setores competentes, que apresentaram a vantagem da locação, detalhando a adequação do imóvel e justificando sua escolha em detrimento de outras alternativas.

3.5. A locação de um imóvel específico para abrigar a Secretaria de Cultura, Turismo e Comunicação é imprescindível para atender às necessidades administrativas e operacionais da pasta. A escolha do imóvel está fundamentada em sua localização estratégica e na adequação de sua infraestrutura, conforme evidenciado no Laudo de Avaliação do Imóvel, no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Exposição de Motivos.

3.6. Em conformidade com o Art. 72 da Lei nº 14.133/2021, o processo de contratação direta deve ser instruído com os seguintes documentos:

I – Documento formalizando a demanda, acompanhado, quando necessário, de estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou executivo;

II – Estimativa de despesa, calculada conforme o art. 23 da Lei;

III – Parecer jurídico e pareceres técnicos, quando aplicáveis, que comprovem o cumprimento dos requisitos exigidos;

IV – Demonstração da compatibilidade da previsão orçamentária com o compromisso a ser assumido;

V – Comprovação de habilitação e qualificação mínima do contratado;

VI – Justificativa da escolha do contratado;

VII – Justificativa de preço;

VIII – Autorização da autoridade competente.

3.6.1. Todos os requisitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 serão rigorosamente cumpridos no decorrer do processo de contratação.

3.7. A situação em análise se enquadra na hipótese prevista no Art. 74º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a inexigibilidade de licitação nos casos de aquisição ou locação de imóvel cujas características específicas tornem imprescindível sua escolha.





4. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O valor mensal para a locação é de R\$ 900,81(novecentos reais e oitenta e um centavos), totalizando o valor global de R\$ 9.008,10(nove mil, oito reais e dez centavos), conforme laudo de avaliação do imóvel.

4.2. Os pagamentos decorrentes da contratação correrão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Administrativa	Órgão - Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
SEC. DE CULTURA, TURISMO E COMUNICAÇÃO	1001.13.122.0002.2.078	3.3.90.39.10

4.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes (se necessários) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

5. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO LOCADOR

5.1. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância às especificações contidas na Minuta de Contrato, bem como no Laudo de Avaliação executado elaborado pelo Setor de Engenharia.

5.2. Entregar o objeto da presente contratação dentro do prazo constante no Contrato.

5.3. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições para contratar com a Administração Pública, sob pena de aplicação das sanções administrativas por descumprimento de cláusula contratual;

5.4. Satisfazer, rigorosamente, o objeto desta contratação, em conformidade com todas as condições e os prazos estabelecidos no Contrato;

5.5. A entrega das chaves pelo LOCADOR ao LOCATÁRIO, referente ao imóvel, objeto da presente locação, dar-se-á na data da assinatura do presente instrumento, iniciando a partir daí o período locatício.

5.6. As demais cláusulas necessárias para esclarecimento das obrigações do LOCADOR serão discriminadas na Minuta de Contrato.

5.7. Pagar o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU.

5.8. O LOCADOR é responsável por Manutenção e Conservação, Pagamentos de Tributos e Taxas, Efetuar o pagamento de todos os tributos e taxas incidentes sobre o imóvel, Segurança do Imóvel e Assegurar a conformidade com normas de segurança, incluindo instalação e manutenção de equipamentos de segurança.

5.9. Caberá ao LOCADOR, além do cumprimento das obrigações especificadas no artigo 22 da Lei n° 9.245/1991:





Estado do Ceará
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de Jaguaribara



5.9.1. Informar (e manter atualizado), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da publicação do instrumento de contrato, preposto(s) para representá-lo (caso não seja o próprio locador) na execução e gestão contratual, contendo, no mínimo, nome completo, RG, CPF, telefone e endereço eletrônico (e-mail). Em caso de alteração desses dados, deverá o LOCADOR comunicar imediatamente a LOCATÁRIA para os devidos registros, sob pena de ser considerado válido qualquer eventual ato dirigido àquele.

5.9.2. Entregar o imóvel nas condições e prazos estabelecidos no contrato, e no Termo de Referência, sendo de sua obrigação a obtenção das necessárias aprovações e de licenças, alvarás e assemelhados perante os órgãos competentes, bem como apresentar a atualização desses laudos/certificados, licenças e alvarás sempre que necessário.

5.9.3. Manter-se durante a vigência do contrato as condições de habilitação exigidas no processo de contratação;

5.9.4. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;

5.9.5. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

5.9.6. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

5.9.7. Pagar as taxas de administração imobiliária, se houverem, e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente;

5.9.8. Pagar os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o imóvel;

5.9.9. Informar à LOCATÁRIA quaisquer alterações na titularidade do imóvel, apresentando a documentação correspondente;

5.9.10. Atender, nas condições e no prazo estabelecido, aos requerimentos e determinações regulares emitidas pela autoridade designada para gerir, acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior.

6. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO LOCATÁRIO

6.1. Pagar o aluguel, no prazo e na forma estipulado neste Termo de referência e no Contrato.

6.2. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel.

6.3. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel.

6.4. Realizar vistoria do imóvel, antes da entrega das chaves, para fins de verificação minuciosa do estado do imóvel.

6.5. Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados.

6.6. Designar o responsável para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Contrato.

6.7. As demais cláusulas necessárias para esclarecimentos das obrigações do LOCATÁRIO serão discriminadas na Minuta de Contrato.

6.8. Caberá à LOCATÁRIA, além do cumprimento das obrigações especificadas no artigo 23 da Lei nº 8.245/1991:

6.8.1. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;





Estado do Ceará
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de Jaguaribara



6.8.2. Pagar o aluguel e os encargos da locação (inclusive as eventuais despesas ordinárias de condomínio, se houver, estas pagas diretamente à administração do condomínio – neste caso, fica o LOCADOR obrigado a apresentar os cálculos e índices que fundamentem eventuais correções ao final de cada 12 meses contados da data do termo de recebimento do imóvel pela LOCATÁRIA);

6.8.3. Indenizar e Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, conforme vistoria inicial, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal;

6.8.4. Realizar Laudo de Vistoria de Entrada e Laudo de Vistoria de Saída do imóvel, nos prazos e condições estabelecidas;

6.8.5. Comunicar ao LOCADOR qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

6.8.6. Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo do LOCADOR;

6.8.7. Realizar o reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;

6.8.8. Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio do LOCADOR, dispensado o consentimento deste para a colocação de divisórias, redes e películas de proteção nas janelas, instalação de equipamentos de ar-condicionado e instalação de persianas.

6.8.9. Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada à LOCATÁRIA;

6.8.10. Pagar as despesas ordinárias de limpeza, fornecimento de energia elétrica, água, telefone, internet, manutenção dos equipamentos de combate a incêndio e aparelhos de ar-condicionado instalados no imóvel, assim como eventuais encargos vinculados a estes itens.

6.8.11. Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 26 da Lei nº 8.245/1991;

6.8.12. O LOCATÁRIO poderá, nas partes externas do imóvel, afixar cartazes, letreiros, painéis ou luminosos, de modo a demonstrar sua atividade no local, desde que não danifique o imóvel.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento do aluguel será realizado mensalmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento do imóvel, com as respectivas adequações, quando necessárias.

7.1.1. Para pagamento dos alugueres, o LOCADOR deverá apresentar Recibo, Fatura ou Nota Fiscal.

7.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.





Estado do Ceará
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de Jaguaribara



7.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Cadastro de Fornecedores.

7.9. Se o LOCADOR, descumprir qualquer termo ou condição a que se obrigou no presente Contrato, por sua exclusiva culpa, poderá o LOCATÁRIO reter o pagamento até que seja sanado o respectivo inadimplemento, não sobrevivendo, portanto, qualquer ônus ao LOCATÁRIO resultante desta situação.

7.10. O LOCATÁRIO não se responsabilizará pelo pagamento de qualquer despesa realizada pelo LOCADOR que não conste no Contrato.

7.11. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 370-784-4504
PÁGINA: 7 DE 20 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA - CNPJ: 07.442.981/0001-76





Estado do Ceará
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de Jaguaribara



providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da apresentação da comprovação da *Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)*; *A inscrição no cadastro de contribuintes municipal*; *Comprovação de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal na forma da lei e a Comprovação da regularidade perante a Justiça do Trabalho.*

8. DO REAJUSTE

8.1. As condições para reajuste encontram-se definidos no contrato.

9. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

9.1. A presente contratação será firmada por meio de contrato com cláusula de vigência até o final do exercício social podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado conforme o Art. 107º da Lei 14.133/21.

9.2. As eventuais prorrogações de contrato deverão ser precedidas da comprovação da vantajosidade da medida para a Administração.

9.3. A prorrogação de vigência do contrato, alteração de dotação orçamentária e reajustes no valor da locação, deverá ser promovida mediante a celebração de Termo Aditivo ou Apostilamento, quando necessário.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 A inexecução total ou parcial descrita no Contrato, bem como o descumprimento de quaisquer dos deveres nele elencados, sujeitará o LOCADOR, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

10.2. As demais sanções administrativas estarão descritas na Minuta de Contrato.

11. DA PUBLICAÇÃO

11.1. Em conformidade com o disposto no artigo 91 da Lei nº 14.133/2021, o contrato e seus aditamentos deverão ser publicados no site oficial. Além disso, de acordo com o artigo 94, inciso II, da mesma lei, o LOCATÁRIO providenciará a publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da sua assinatura, no caso de contratação direta.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS





Estado do Ceará
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de Jaguaribara



12.1. O presente Termo de Referência e as disposições do Contrato vinculado serão regidos pelas normas da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, devendo ser cumpridos em sua totalidade pelas partes contratantes.

12.2. Os casos omissos e situações não previstas neste Termo de Referência serão resolvidos pelas partes, com base nos princípios da administração pública e nas normas gerais de direito administrativo, conforme estipulado pela Lei nº 14.133/2021.

12.3. Fica eleito o foro da Comarca de Jaguaribara/CE para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo de Referência e do Contrato dele decorrente, renunciando as partes a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

12.4. As partes comprometem-se a manter comunicação permanente e transparente durante a execução do contrato, buscando sempre a solução amigável para eventuais conflitos.

12.5. A eventual tolerância ou a não aplicação imediata de qualquer uma das disposições do presente Termo de Referência não implicará em renúncia ou novação de qualquer direito ou obrigação, sendo considerado mera liberalidade que poderá ser revogada a qualquer tempo.

12.6. O LOCADOR deverá comunicar ao LOCATÁRIO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, qualquer alteração nas condições do imóvel que possam impactar sua utilização para as finalidades a que se destina.

Jaguaribara/CE, 18 de março de 2025.

RICARDO MARTINS SOUSA
MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO
PORTARIA 320/2025

GUILHERME BEZERRA DE LIMA
MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO
PORTARIA 320/2025

FLAVIANNA MARIA SALDANHA VIEIRA
MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO
PORTARIA 320/2025

APROVO o Termo de Referência, por entender que ele cumpre todos os requisitos necessários para esta contratação.

Assinado Eletronicamente
FRANCISCA MARIANE ALVES DE SOUZA
ORDENADORA DE DESPESAS
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E COMUNICAÇÃO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 370-784-4504
PÁGINA: 9 DE 20 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA - CN PJ: 07.442.981/0001-76





Estado do Ceará
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de Jaguaribara



ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO N° _____

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° _____
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 19020002/25

CONTRATO DE LOCAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SECRETARIA DE CULTURA,
TURISMO E COMUNICAÇÃO E A(O) SR(A)
_____.

Pelo presente instrumento, de um lado, o **SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E COMUNICAÇÃO**, entidade jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Bezerra de Menezes, n° 350 – Centro – Jaguaribara/CE, CEP 63.490-000, inscrita no CNPJ n° **07.442.981/0001-76**, nesse ato representado pelo(a) Sr(a). Francisca Mariane Alves de Souza, Ordenador(a) de Despesas, inscrita no CPF sob o n° xxx.109.833-xx, denominado(a) **LOCATÁRIO**, e de outro lado, o(a) Sr(a) _____, Brasileiro(a), portador do RG sob o n° _____ e inscrito(a) no CPF sob o n° _____, denominado **LOCADOR**, utilizando suas prerrogativas legais, com base no Inciso V do Art. 74° da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, bem como demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLAÚSULA PRIMEIRA – OBJETO, VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1. Objeto: **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E COMUNICAÇÃO, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS.**

1.2. Discriminação do item:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
01	LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A SEDE DA SECRETARIA. Especificação: locação de imóvel sediado na Rua Major Diogenes, n° 1.055, Centro – Jaguaribara/CE, CEP: 63.490-000, para instalação da sede da secretaria de cultura, turismo e comunicação, a fim de atender às necessidades administrativas e operacionais	MÊS	10	R\$	R\$





Estado do Ceará
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de Jaguaribara



1.3. O valor mensal para a locação é de R\$ xxx,xx(valor por extenso), totalizando o valor global de R\$ x.xxx,xx(valor por extenso), conforme laudo de avaliação do imóvel.

1.4. Os pagamentos decorrentes da contratação correrão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Administrativa	Órgão - Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
SEC. DE CULTURA, TURISMO E COMUNICAÇÃO	1001.13.122.0002.2.078	3.3.90.39.10

1.5. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes (se necessários) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

2. CLAÚSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de assinatura do contrato e vigência até 31 de dezembro de 2025, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que a locação tenha ocorrido conforme os critérios estabelecidos.
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização da locação.
- Haja manifestação expressa do LOCADOR informando o interesse na prorrogação;
- Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).





Estado do Ceará
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de Jaguaribara



3.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, o uso de mensagem eletrônica para esse fim, ou utilização de plataforma eletrônica de gestão de contratos, quando existente.

3.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.4. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

3.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.6.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

3.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

3.6.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.6.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

3.7. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 370-784-4504
PÁGINA: 12 DE 20 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA - CNPJ: 07.442.981/0001-76





Estado do Ceará
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de Jaguaribara



3.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.9. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

3.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento ao LOCADOR e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Será admitido o reajuste do preço do aluguel da locação com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do Índice de Preços para o Consumidor Amplo – IPCA, medido mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (sugestão), ou outro compatível, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

6.2. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, o LOCADOR aceitará negociar a adoção de preço compatível ao mercado de locação do município em que se situa o imóvel.





6.3. Caso o LOCADOR não solicite o reajuste até a data da prorrogação contratual, na pactuação do termo aditivo, ocorrerá a preclusão do direito, e nova solicitação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste contrato.

6.4. O reajuste será formalizado no mesmo instrumento de prorrogação da vigência do contrato, através de um termo aditivo.

6.5. A Administração deverá assegurar-se de que o novo valor do aluguel é compatível com os preços praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA LOCADOR

7.1. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância às especificações contidas na Minuta de Contrato, bem como no Laudo de Avaliação executado elaborado pelo Setor de Engenharia.

7.2. Entregar o objeto da presente contratação dentro do prazo constante no Contrato.

7.3. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições para contratar com a Administração Pública, sob pena de aplicação das sanções administrativas por descumprimento de cláusula contratual;

7.4. Satisfazer, rigorosamente, o objeto desta contratação, em conformidade com todas as condições e os prazos estabelecidos no Contrato;

7.5. A entrega das chaves pelo LOCADOR ao LOCATÁRIO, referente ao imóvel, objeto da presente locação, dar-se-á na data da assinatura do presente instrumento, iniciando a partir daí o período locatício.

7.6. As demais cláusulas necessárias para esclarecimento das obrigações do LOCADOR serão discriminadas na Minuta de Contrato.

7.7. Pagar o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU.

7.8. O LOCADOR é responsável por Manutenção e Conservação, Pagamentos de Tributos e Taxas, Efetuar o pagamento de todos os tributos e taxas incidentes sobre o imóvel, Segurança do Imóvel e Assegurar a conformidade com normas de segurança, incluindo instalação e manutenção de equipamentos de segurança.

7.9. Caberá ao LOCADOR, além do cumprimento das obrigações especificadas no artigo 22 da Lei nº 9.245/1991:

7.9.1. Informar (e manter atualizado), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da publicação do instrumento de contrato, preposto(s) para representá-lo (caso não seja o próprio locador) na execução e gestão contratual, contendo, no mínimo, nome completo, RG, CPF, telefone e endereço eletrônico (e-mail). Em caso de alteração desses dados, deverá o LOCADOR comunicar imediatamente a LOCATÁRIA para os devidos registros, sob pena de ser considerado válido qualquer eventual ato dirigido àquele.

7.9.2. Entregar o imóvel nas condições e prazos estabelecidos no contrato, e no Termo de Referência, sendo de sua obrigação a obtenção das necessárias aprovações e de licenças,





Estado do Ceará
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de Jaguaribara



alvarás e assemelhados perante os órgãos competentes, bem como apresentar a atualização desses laudos/certificados, licenças e alvarás sempre que necessário.

7.9.3. Manter-se durante a vigência do contrato as condições de habilitação exigidas no processo de contratação;

7.9.4. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;

7.9.5. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

7.9.6. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

7.9.7. Pagar as taxas de administração imobiliária, se houverem, e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente;

7.9.8. Pagar os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o imóvel;

7.9.9. Informar à LOCATÁRIA quaisquer alterações na titularidade do imóvel, apresentando a documentação correspondente;

7.9.10. Atender, nas condições e no prazo estabelecido, aos requerimentos e determinações regulares emitidas pela autoridade designada para gerir, acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

8.1. Pagar o aluguel, no prazo e na forma estipulado neste Termo de referência e no Contrato.

8.2. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel.

8.3. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel.

8.4. Realizar vistoria do imóvel, antes da entrega das chaves, para fins de verificação minuciosa do estado do imóvel.

8.5. Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados.

8.6. Designar o responsável para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Contrato.

8.7. As demais cláusulas necessárias para esclarecimentos das obrigações do LOCATÁRIO serão discriminadas na Minuta de Contrato.

8.8. Caberá à LOCATÁRIA, além do cumprimento das obrigações especificadas no artigo 23 da Lei nº 8.245/1991:

8.8.1. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;

8.8.2. Pagar o aluguel e os encargos da locação (inclusive as eventuais despesas ordinárias de condomínio, se houver, estas pagas diretamente à administração do condomínio – neste caso, fica o LOCADOR obrigado a apresentar os cálculos e índices que fundamentem eventuais correções ao final de cada 12 meses contados da data do termo de recebimento do imóvel pela LOCATÁRIA);

8.8.3. Indenizar e Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, conforme vistoria inicial, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal;

8.8.4. Realizar Laudo de Vistoria de Entrada e Laudo de Vistoria de Saída do imóvel, nos prazos e condições estabelecidas;

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 370-784-4504
PÁGINA: 15 DE 20 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA - CNPJ: 07.442.981/0001-76





Estado do Ceará
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de Jaguaribara



8.8.5. Comunicar ao LOCADOR qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

8.8.6. Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo do LOCADOR;

8.8.7. Realizar o reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;

8.8.8. Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio do LOCADOR, dispensado o consentimento deste para a colocação de divisórias, redes e películas de proteção nas janelas, instalação de equipamentos de ar-condicionado e instalação de persianas.

8.8.9. Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada à LOCATÁRIA;

8.8.10. Pagar as despesas ordinárias de limpeza, fornecimento de energia elétrica, água, telefone, internet, manutenção dos equipamentos de combate a incêndio e aparelhos de ar-condicionado instalados no imóvel, assim como eventuais encargos vinculados a estes itens.

8.8.11. Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 26 da Lei nº 8.245/1991;

8.8.12. O LOCATÁRIO poderá, nas partes externas do imóvel, afixar cartazes, letreiros, painéis ou luminosos, de modo a demonstrar sua atividade no local, desde que não danifique o imóvel.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.





11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A inexecução total ou parcial descrita no Contrato, bem como o descumprimento de quaisquer dos deveres nele elencados, sujeitará o LOCADOR, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

11.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o LOCADOR que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as sanções previstas na Lei 14.133.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao LOCATÁRIO (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo LOCATÁRIO ao LOCADOR, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao LOCADOR, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).





12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. A extinção deste contrato poderá ser:

- I – Determinada por ato unilateral e escrito do LOCATÁRIO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II – Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração LOCATÁRIO;
- III – Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12.2. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

12.3. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo LOCATÁRIO, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Os critérios e as demais informações inerentes a publicação encontram-se definidos no Termo de Referência.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO





Estado do Ceará
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de Jaguaribara



14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Jaguaribara para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Jaguaribara/CE, ____ de _____ de 2025.

SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E COMUNICAÇÃO
CNPJ: 07.442.981/0001-76
FRANCISCA MARIANE ALVES DE SOUZA
CPF: xxx.109.833-xx
ORDENADORA DE DESPESAS
LOCATÁRIO

NOME DO LOCADOR
CPF DO LOCADOR
LOCADOR

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____
2. _____ CPF: _____

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 370-784-4504
PÁGINA: 19 DE 20 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA - CNPJ: 07.442.981/0001-76





Estado do Ceará
Poder Executivo Municipal
Prefeitura Municipal de Jaguaribara



ANEXO II – DECLARAÇÃO

Eu, _____, Portadora do RG sob o nº _____, Inscrita no CPF sob o nº _____, Brasileira, residente e domiciliada na _____, **DECLARO**, para os devidos fins que não possuo vínculo empregatício com nenhum órgão público, seja da administração Federal, Estadual ou Municipal.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local/Data, _____ de _____ de 2025.

Nome / Assinatura /
CPF: _____

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 370-784-4504
PÁGINA: 20 DE 20 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA - CNPJ: 07.442.981/0001-76

